

NICOLAU  
MAQUIAVEL

O príncipe

*Tradução*

MAURÍCIO SANTANA DIAS

*Prefácio*

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO



PENGUIN

---

COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright das notas © 1961, 1975, 1981, 1995, 1999 by George Bull  
Copyright da introdução © 1999 by Anthony Grafton  
Copyright do prefácio © 2010 by Fernando Henrique Cardoso

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico  
da Língua Portuguesa de 1990,  
que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

Penguin and the associated logo and trade dress  
are registered and/or unregistered trademarks  
of Penguin Books Limited and/or  
Penguin Group (USA) Inc. Used with permission.  
Published by Companhia das Letras in association  
with Penguin Group (USA) Inc.

TÍTULO ORIGINAL  
De principatibus

CAPA E PROJETO GRÁFICO PENGUIN-COMPANHIA  
Raul Loureiro e Cláudia Warrak

TRADUÇÃO DOS APÊNDICES  
Luiz A. de Araújo

PREPARAÇÃO  
Sílvia Maximini Félix

REVISÃO  
Ana Maria Barbosa  
Huendel Viana

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Machiavelli, Nicollò, 1469-1527.

O príncipe / Nicolau Maquiavel ; tradução de Maurício Santana Dias ; prefácio de Fernando Henrique Cardoso ; tradução dos apêndices de Luiz A. de Araújo. — São Paulo : Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

Título original: De principatibus.  
ISBN 978-85-63560-03-2

1. Política I. Cardoso, Fernando Henrique. II. Grafton, Anthony. III. Título

10-06227

CDD-320

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Ciência política 320  
2. Política 320

[2010]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ LTDA.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (011) 3707-3500 Fax: (011) 3707-3501

www.companhiodasletras.com.br

# Sumário

Mapa	9
Maquiavel eterno — Fernando Henrique Cardoso	11
Introdução — Anthony Grafton	23

## O PRÍNCIPE

Carta de Nicolau Maquiavel ao Magnífico Lourenço de Médici	45
---	----

I. Quais os gêneros de principado e por que meios são conquistados	47
II. Dos principados hereditários	48
III. Dos principados mistos	49
IV. Por que o reino de Dario, ocupado por Alexandre, não se rebelou contra seus sucessores após a morte deste	57
V. De que modo se podem administrar cidades ou principados que, antes de conquistados, tinham suas próprias leis	60
VI. Dos principados novos que são conquistados por virtude e armas próprias	61
VII. Dos principados novos que são conquistados por armas alheias e pela fortuna	65

VIII.	Daqueles que, por atos criminosos, chegaram ao principado	73
IX.	Do principado civil	77
X.	De que modo se deve avaliar a força dos principados	81
XI.	Dos principados eclesiásticos	83
XII.	Quais são os tipos de exércitos e de milícias mercenárias	85
XIII.	Das milícias auxiliares, mistas e próprias	91
XIV.	Como o príncipe deve proceder acerca das milícias	94
XV.	Das coisas pelas quais os homens, sobretudo os príncipes, são louvados ou vituperados	97
XVI.	Da liberalidade e da parcimônia	99
XVII.	Da crueldade e da piedade; e se é melhor ser amado que temido	101
XVIII.	Como o príncipe deve honrar sua palavra	104
XIX.	De como escapar ao desprezo e ao ódio	107
XX.	Se fortalezas e outros expedientes a que os príncipes frequentemente recorrem são úteis ou não	117
XXI.	Como um príncipe deve agir para obter honra	122
XXII.	Dos ministros de um príncipe	126
XXIII.	Como escapar aos adulares	127
XXIV.	Por que os príncipes da Itália perderam seus reinos	129
XXV.	Em que medida a fortuna controla as coisas humanas e como se pode resistir a ela	131
XXVI.	Exortação a tomar a Itália e a libertá-la dos bárbaros	134
	<i>Notas — George Bull</i>	139
	<i>Cronologia</i>	149
	<i>Glossário de nomes próprios</i>	155
	<i>Outras leituras</i>	171

# ITÁLIA EM 1500



## XVI

*De liberalitate et parsimonia\**

Partindo, pois, das primeiras qualidades mencionadas acima, digo que seria vantajoso ser considerado liberal. Entretanto, se usada de modo a trazer-lhe reputação, a liberalidade causará transtornos ao príncipe; isso porque, se empregada de maneira virtuosa e na medida certa, ela não será reconhecida como tal e não o poupará da pecha de avarento; contudo, para manter a fama de liberal entre os homens, é preciso lançar mão de todo fausto possível, de modo que, nessas circunstâncias, um príncipe sempre consumirá todos os seus recursos e, por fim, se quiser manter a fama de liberal, terá de sobrecarregar extraordinariamente a população de tributos e fazer tudo o que é de praxe para arrecadar dinheiro; e essas medidas, por sua vez, o farão cada vez mais odiado entre os súditos e pouco estimado por todos, que se tornarão mais pobres. Portanto, ao descontentar a maioria e favorecer uns poucos com sua liberalidade, o soberano sentirá o golpe na primeira adversidade e vacilará ao primeiro perigo; e, caso se aperceba da situação e queira recuar, incorrerá imediatamente na infâmia do miserável. Assim, não podendo usar a virtude da liberalidade sem seu próprio dano tão logo ela fosse reconhecida, o príncipe, se for prudente, não deverá importar-se com a pecha de miserável; pois com o tempo ele será considerado cada vez mais liberal, à medida que todos virem que, graças à parcimônia, aquilo que arrecada lhe basta, que ele pode defender-se de quem quiser atacá-lo e mover campanhas sem onerar seu povo. De sorte que parecerá liberal aos que não serão escorchados — que são inumeráveis — e miserável àqueles a quem não dará nada — que são poucos.

\* “Da liberalidade e da parcimônia”.

Em nossos tempos, só vimos realizar grandes feitos aqueles que são tidos por miseráveis; os outros desapareceram. Papa Júlio II, que se serviu da nomeada de liberal para alcançar o papado, depois não fez questão de mantê-lo e se aplicou em mover guerras. O atual rei da França fez muitas guerras sem impor tributos extraordinários a seus súditos, porque substituiu as despesas supérfluas por uma prolongada parcimônia. Se fosse considerado liberal, o presente rei da Espanha<sup>1</sup> não teria feito nem vencido tantas campanhas. Por conseguinte, um príncipe não deve preocupar-se — para não ter de roubar seus súditos, para poder defender-se, para não se tornar pobre e desprezado, para não ser forçado à rapinagem — com incorrer na fama de miserável, pois este é um daqueles vícios que o permitem reinar. E, se alguém me disser que César ascendeu ao império valendo-se da liberalidade e que muitos outros, por terem sido ou serem considerados liberais, chegaram a postos elevadíssimos, respondo que príncipe se nasce ou se busca ser. No primeiro caso, a liberalidade é prejudicial. No segundo, é de fato necessário ser e ser tido por liberal, e César era um dos que queriam ascender ao principado de Roma; porém, se depois de tê-lo alcançado e mantido ele não houvesse reduzido seus gastos, teria destruído seu império.

E se alguém replicar que muitos foram os príncipes que, famosos pela prodigalidade, fizeram grandes coisas com seus exércitos, respondo que ou o príncipe gasta o que é dele e de seus súditos, ou consome os bens de outrem. No primeiro caso, ele deve ser parco; no segundo, não deve poupar-se de nenhuma liberalidade. Ademais, o príncipe que conduz exércitos, que se nutre de butins, de saques e de recompensas, que lida com o bem alheio, precisa ser liberal: do contrário, não seria seguido pelos soldados. Com aquilo que não é dele nem de seus súditos o príncipe pode ser mais pródigo, como foram Ciro, César e Alexandre, pois despender o que é de outrem não dimi-

nui, mas aumenta sua reputação: somente o dispêndio do que é próprio o prejudica. Mas não há nada que mais se gaste quanto a liberalidade, pois o príncipe pródigo perde a faculdade de usá-la e se torna pobre e desprezado ou, para escapar à pobreza, rapace e odiado. Dentre todas as coisas, um príncipe deve acima de tudo evitar ser desprezado ou odiado — e a liberalidade o conduz a ambas. Portanto é mais prudente conservar o nome de miserável, do qual nasce uma infâmia sem ódio, que, por perseguir a fama de liberal, precisar incorrer na pecha de rapace, que produz uma infâmia com ódio.

## XVII

*De crudelitate et pietate; et an sit melius amari  
quam timeri, vel e contra\**

Passando às outras qualidades citadas acima, digo que todo príncipe deve desejar ser tido por piedoso, e não por cruel; contudo, ele deve estar atento para não usar mal a piedade. César Bórgia era considerado cruel; no entanto, sua crueldade recuperou, uniu e pacificou a Romanha. Assim, a um exame mais detido, ver-se-á que ele foi bem mais piedoso que o povo florentino, que, a fim de evitar a fama de cruel, deixou que Pistoia fosse destruída.<sup>1</sup> Portanto um príncipe não deve preocupar-se com a má fama de cruel se quiser manter seus súditos unidos e fiéis, pois com pouquíssimos atos exemplares ele se mostrará mais piedoso que aqueles que, por excesso de piedade, permitem uma série de desordens seguidas de assassínios e de roubos: estes costumam prejudicar a todos, ao passo que aqueles, ordenados pelo príncipe, só atingem pessoas isoladas. Dentre todos os

\* “Da crueldade e da piedade; e se é melhor ser amado que temido”.



soberanos, o príncipe novo é o menos capaz de escapar à fama de cruel, já que os Estados recentes são cheios de perigos. Virgílio afirma pela boca de Dido: “*Res dura et regni novitas me talia cogunt/ moliri et late fines custode tueri*”.\* Todavia convém ser comedido nas convicções e na ação, sem se deixar tomar pelo medo, procedendo com temperança e humanidade, de modo que a excessiva confiança não o torne incauto nem a desconfiança em excesso o torne intolerável.

Daí nasce uma controvérsia, qual seja: se é melhor ser amado ou temido. Pode-se responder que todos gostariam de ser ambas as coisas; porém, como é difícil conciliá-las, é bem mais seguro ser temido que amado, caso venha a faltar uma das duas. Porque, de modo geral, pode-se dizer que os homens são ingratos, volúveis, fingidos e dissimulados, avessos ao perigo, ávidos de ganhos; assim, enquanto o príncipe agir com benevolência, eles se doarão inteiros, lhe oferecerão o próprio sangue, os bens, a vida e os filhos, mas só nos períodos de bonança, como se disse mais acima; entretanto, quando surgirem as dificuldades, eles passarão à revolta, e o príncipe que confiar inteiramente na palavra deles se arruinará ao ver-se despreparado para os reveses. Pois as amizades que se conquistam a pagamento, e não por grandeza e nobreza de espírito, são merecidas, mas não se podem possuir nem gastar em tempos adversos; de resto, os homens têm menos escrúpulos em ofender alguém que se faça amar a outro que se faça temer: porque o amor é mantido por um vínculo de reconhecimento, mas, como os homens são maus, se aproveitam da primeira ocasião para rompê-lo em benefício próprio, ao passo que o temor é mantido pelo medo da punição, o qual não esmorece nunca.

\* “A vida dura e o novo reino me constroem/ a guarnecer até as últimas fronteiras”, *Eneida* I, vv. 563-4.

Todavia o príncipe deve inspirar temor de tal modo que, se não puder ser amado, ao menos evite atrair o ódio, já que é perfeitamente possível ser temido sem ser odiado. Isso só será viável se ele não cobiçar os bens de seus cidadãos e de seus súditos, bem como as mulheres destes. E, quando for imprescindível agir contra o sangue de alguém, que o faça por uma justificativa sólida e um motivo evidente. Mas o mais importante é abster-se dos bens alheios, pois os homens se esquecem com maior rapidez da morte de um pai que da perda do patrimônio; ademais, nunca faltam motivos para atentar contra o bem de outrem, e aquele que começa a viver de rapina sempre encontra razões para apropriar-se do que é alheio, ao passo que, para atentar contra a vida, as razões são mais raras e fugazes.

Porém, quando o príncipe está com seus exércitos e tem sob seu comando multidões de soldados, não deve importar-se absolutamente com a fama de cruel, pois sem ela não se mantém um exército unido nem disposto ao combate. Entre as notáveis ações de Aníbal, costuma-se ressaltar que ele, comandando um exército imenso, constituído de soldados originários de várias nações e levados a guerrear em terras estrangeiras, nunca deixou que emergissem dissensos, nem entre eles nem contra o príncipe, tanto na má quanto na boa fortuna. E isso só foi possível graças à sua crueldade inumana — a qual, acrescida de suas infinitas virtudes, o fez sempre venerável e temível diante de seus soldados. Sem ela, e sem seus efeitos, toda sua virtude não teria bastado; e os historiadores, pouco ponderados neste ponto, em parte admiram suas ações, em parte condenam seus motivos fundamentais.

O fato de que suas virtudes não teriam bastado pode ser aferido em um confronto com Cipião, homem excepcional não só em sua época, mas também na memória de todos os tempos, cujos exércitos se rebelaram na Espanha; mas tal revés só ocorreu por sua excessiva piedade,

já que ele deu a seus exércitos mais liberdade do que seria conveniente à disciplina militar. Por isso ele foi criticado por Fábio Máximo no senado e acusado de corromper as milícias romanas. Cipião não punira a insolência do legado que havia aniquilado os locrenses,<sup>2</sup> nem vingara a morte destes, devido à sua natureza complacente; tanto que alguém, tentando defendê-lo no senado, alegou que havia homens mais capazes de não errar que corrigir os erros alheios. Com o tempo, tal natureza teria conspurcado a fama e a glória de Cipião, caso ele persistisse nela estando no poder; porém, vivendo sob o governo do senado, essa sua danosa qualidade não somente se ocultou, mas foi a principal causa de sua glória.

Portanto, voltando à questão de ser temido e amado, concluo que, se os homens amam de acordo com sua vontade e temem segundo a vontade do príncipe, um príncipe sábio deve assentar-se naquilo que é seu, e não no que é de outrem, precisando apenas, como foi dito, encontrar meios de escapar ao ódio.

## XVIII

### *Quomodo fides a principibus sit servanda\**

Todos concordam quanto é louvável que um príncipe mantenha sua palavra e viva com integridade, não com astúcia; todavia, em nossa época vê-se por experiência que os príncipes que realizaram grandes feitos deram pouca importância à palavra empenhada e souberam envolver com astúcia as mentes dos homens, superando por fim aqueles que se alicerçaram na sinceridade.

Também deve ser do conhecimento geral que existem duas matrizes de combate: uma, por meio das leis; outra, pelo uso da força. A primeira é própria dos homens; a

\* “Como o príncipe deve honrar sua palavra”.

segunda, dos animais. Contudo, como frequentemente a primeira não basta, convém recorrer à segunda: por isso um príncipe precisa saber valer-se do animal e do homem. Este ponto foi ensinado veladamente aos príncipes pelos escritores da Antiguidade, os quais escreveram como Aquiles e tantos outros príncipes antigos foram deixados aos cuidados do centauro Quíron, que os manteve sob sua disciplina. Isso quer dizer que, tendo por preceptor um ser metade animal e metade homem, um príncipe deve saber usar de ambas as naturezas: e uma sem a outra não produz efeitos duradouros.

E, posto que é necessário a um príncipe saber usar do animal com destreza, dentre todos ele deve escolher a raposa e o leão, pois o leão não pode defender-se de armadilhas, e a raposa é indefesa diante dos lobos; é preciso, pois, ser raposa para conhecer as armadilhas e leão para afugentar os lobos — aqueles que simplesmente adotam o leão não entendem do assunto. Portanto um soberano prudente não pode nem deve manter a palavra quando tal observância se reverta contra ele e já não existam os motivos que o levaram a empenhá-la. Se todos os homens fossem bons, este preceito não seria bom; mas, como eles são maus e não mantêm a palavra dada ao príncipe, este também não deve mantê-la perante eles; ademais, nunca faltaram a um príncipe razões legítimas para incorrer na inobservância. A esse respeito poderiam ser aduzidos infinitos exemplos modernos, a fim de mostrar quanta paz e quantas promessas foram invalidadas pela infidelidade dos príncipes: e aquele que mais soube valer-se da raposa se saiu melhor. Mas é necessário saber camuflar bem essa natureza, ser um grande fingidor e dissimulador; e os homens são tão simplórios e obedientes às necessidades imediatas que aquele que engana sempre encontrará quem se deixe enganar.

Não quero omitir um dos exemplos recentes. Alexandre VI nunca fez, nunca pensou em outra coisa senão em

enganar os homens, encontrando sempre os meios de poder fazê-lo; e jamais houve homem com maior talento para asseverar algo, reforçando-o com infundáveis juramentos, e em seguida descumpri-lo; entretanto seus enganos sempre se seguiram *ad votum*,\* pois ele bem conhecia esse aspecto do mundo.

A um príncipe, pois, não é indispensável ter de fato todas as qualidades acima descritas, mas é imprescindível que pareça possuí-las; aliás, ousarei dizer o seguinte: tendo-as e observando-as sempre, elas são danosas, ao passo que, aparentando tê-las, são úteis — como, por exemplo, parecer piedoso, fiel, humano, íntegro, religioso, e sê-lo; mas é necessário estar com o espírito de tal modo predisposto que, ser for preciso não o ser, o príncipe possa e saiba torna-se o contrário. E há que se compreender que um príncipe, sobretudo o príncipe novo, não pode observar todas as coisas pelas quais os homens são chamados de bons, precisando muitas vezes, para preservar o Estado, operar contra a fé, contra a caridade, contra a humanidade, contra a religião. Porém é necessário que ele tenha um espírito disposto a voltar-se para onde os ventos da fortuna e a variação das coisas lhe ordenarem; e, como se disse acima, não se afastar do bem, se possível, mas saber entrar no mal, se necessário.

Sendo assim, um príncipe deve ter o extremo cuidado de nunca deixar que saia de sua boca nada que não esteja repleto das cinco qualidades supracitadas; e que ele pareça, ao ser visto e ouvido, todo piedade, todo fé, todo integridade, todo humanidade, todo religião — de resto, parecer possuir esta última qualidade é o que há de mais necessário. Os homens em geral julgam mais com os olhos que com as mãos; porque todos são capazes de ver, mas poucos, de sentir; todos veem aquilo que você parece, poucos tocam aquilo que você é; e estes poucos

\* Segundo sua vontade.

não ousam opor-se à opinião de muitos, que contam com a majestade do Estado para defendê-los; enfim, nas ações de todos os homens, especialmente nas dos príncipes, quando não há juiz a quem apelar, o que vale é o resultado final.

Então que o príncipe faça por conquistar e manter o Estado: os meios serão sempre julgados honrosos e merecerão o elogio de todos, pois o vulgo é capturado por aquilo que parece e pelo evento da coisa, e no mundo não há senão o vulgo — os poucos não têm vez quando a maioria tem onde se apoiar. Certo príncipe dos dias de hoje, cujo nome não é bom citar,<sup>1</sup> prega exclusivamente a paz e a fé, sendo inimicíssimo de ambas; mas, caso ele observasse uma e outra, perderia sucessivamente a reputação e o Estado.

## XIX

### *De contemptu et odio fugiendo\**

Como já tratei das qualidades mais importantes dentre as enumeradas acima, quero agora discorrer brevemente e em termos gerais sobre outras, quais sejam: que o príncipe, como em parte já se disse, cuide de escapar a tudo aquilo que o torne odiado ou desprezado, pois, sempre que ele o tiver evitado, terá cumprido sua parte e não será ameaçado por outras infâmias. O que o torna mais odioso, como eu disse, é ser rapace e usurpador dos bens e das mulheres de seus súditos, devendo abster-se deles. E, uma vez que não se atente nem contra a honra nem contra os bens dos homens, a maioria deles viverá satisfeita; há somente que combater a ambição de uns poucos, o que de muitos modos e facilmente se refreia. O que o faz desprezível é ser reputado volúvel, leviano, efe-

\* “De como escapar ao desprezo e ao ódio”.